

## **IV enanparq**

Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo  
Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016

### **ESPAÇOS LIVRES, ENCLAVES E A PAISAGEM URBANA NA MODERNIDADE AGRAVADA: O CASO DE ÁGUAS CLARAS (BRASÍLIA, DF).**

SESSÃO TEMÁTICA: PAISAGEM URBANA E SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES.

**Lucas Brasil Pereira**  
Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
[lucasbrasilp@gmail.com](mailto:lucasbrasilp@gmail.com)

**Sued Ferreira da Silva**  
Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
[ferreira.sued@gmail.com](mailto:ferreira.sued@gmail.com)

# **ESPAÇOS LIVRES, ENCLAVES E A PAISAGEM URBANA NA MODERNIDADE AGRAVADA: O CASO DE ÁGUAS CLARAS (BRASÍLIA, DF).**

## **RESUMO**

Este artigo propõe uma discussão a respeito das características e forças modernizadoras que constituem a paisagem dos enclaves urbanos e suas interfaces com os sistemas de espaços livres. Para tal, contrapõe a configuração urbanística do Plano Piloto idealizado por Lucio Costa ao projeto de Águas Claras, região administrativa do Distrito Federal, cujo plano de ocupação nasce da crítica ao urbanismo modernista e a constituição de sua malha urbana difusa e fragmentada. Atualmente, frente a implicações impostas pela legislação urbanística e pela pressão do mercado imobiliário, Águas Claras compõe-se em sua quase totalidade por condomínios verticais fechados, que vêm a determinar novas lógicas de ocupação e configuração tanto dos espaços privados, quanto espaços livres e públicos. Busca-se compreender, após um percurso teórico pelos conceitos de modernidade e modernidade agravada, como a paisagem, enquanto fenômeno sociocultural e assim fabricada pelas interações da vida cotidiana, é capaz de corporificar os distintos tempos e experiências do projeto moderno e de seus desdobramentos contemporâneos.

**Palavras-chave:** Modernidade. Paisagem. Espaços livres. Enclaves. Águas Claras.

# **OPEN SPACES, ENCLAVES AND THE URBAN LANDSCAPE IN THE AGGRAVATED MODERNITY: THE CASE STUDY OF ÁGUAS CLARAS (BRASÍLIA, DF).**

## **ABSTRACT**

This paper proposes a discussion about the characteristics and modernizing forces that build the landscape of urban enclaves and their interfaces with the open spaces systems. To achieve it, it opposes the urban setting of the Pilot Plan designed by Lucio Costa to Águas Claras project, administrative region of the Federal District, whose occupation plan was born from the critique of modern urbanism and the constitution of its diffuse and fragmented urban fabric. Currently, facing opposite implications imposed by town planning legislation and the pressure of the housing market, Águas Claras consists almost entirely by closed vertical communities, which come to determine a new logic of occupation and configuration of both private spaces, the open spaces and, consequently, public spaces. This work aims to comprehend, after a theoretical discussion about the concepts of modernity and aggravated modernity, such as the landscape as a sociocultural phenomenon and thus produced by the interactions of everyday life, and how it is able to embody the different times and experiences of modern design and its contemporary developments.

**Keywords:** Modernity. Landscape. Open spaces. Enclaves. Águas Claras.

# 1. INTRODUÇÃO

Parte marcante do processo cultural<sup>1</sup> no âmbito da modernidade, o movimento moderno levou seu discurso arquitetônico e urbanístico a praticamente toda parte do globo. No caso do Brasil, o Plano Piloto de Brasília foi sua maior realização<sup>2</sup>, marcado por uma intencionalidade transformadora do espaço urbano e, mais profundamente, das próprias relações sociais<sup>3</sup>.

No projeto de Lucio Costa dois aspectos saltam aos olhos: a profusão de espaços livres e a quase completa permeabilidade pedonal das áreas residenciais nos endereços da Asa Sul e da Asa Norte. O primeiro caracteriza a própria composição da malha urbana da cidade, correspondendo à maior parte de sua área. O segundo é materializado na elevação dos edifícios sobre pilotis, mantendo o térreo livre, desimpedido e formalmente público. A intenção era clara: objetivava-se constituir um espaço urbano propício às demandas do “homem moderno” ideal<sup>4</sup>, ao mesmo tempo que se decompunha a cidade tradicional, desenhada pelo privado e pelo capitalismo.

Brasília, em sua condição contemporânea, passa a materializar, após 50 anos de transformações, as lógicas da modernidade agravada – ou líquida, de acordo com o sociólogo Zygmunt Bauman<sup>5</sup> -, as quais irão impactar as formas de ocupação e organização das paisagens urbanas. Sob uma nova cultura do risco<sup>6</sup>, ampliada pelas flexibilizações e incertezas impostas pelas transformações capitalistas, os indivíduos foram submetidos a uma “política do medo cotidiano<sup>7</sup>”, legitimada e alimentada pela mídia, pelo comportamento significativo dos próprios indivíduos e por novas formas de se construir a cidade.

A busca por homogeneidade, alimentada por uma ânsia por segurança existencial e proteção patrimonial e física, criou uma larga demanda por enclaves – também sintomas da necessidade cada vez maior de controle e vigilância. Não tardou para que, já na década de 70, condomínios residenciais fechados comesçassem a ser anunciados nas maiores cidades do país. No Distrito Federal, apesar do projeto e intencionalidade do Plano Piloto, não seria muito diferente.

Há cerca de 19 quilômetros do centro de Brasília, erigiu-se o bairro planejado de Águas Claras. Projetado no início da década de 90, hoje abriga população majoritariamente de classe

---

<sup>1</sup> A arquiteta Hilde Heynen divide a modernidade em dois aspectos principais: “processo cultural” e “processo socioeconômico”. Ambos se relacionam em profundidade, mas a arquitetura estaria inserida no primeiro. No artigo completo os conceitos adquirem maior profundidade na discussão. (Heynen 1999)

<sup>2</sup> (Ribeiro, Saboia e Medeiros 2010)

<sup>3</sup> (Holston 1993)

<sup>4</sup> (Caldeira 2000)

<sup>5</sup> (Bauman, Modernidade líquida 2001)

<sup>6</sup> (Bauman 2007)

<sup>7</sup> (Bauman 2001)

média, média-alta e é composto quase que em sua totalidade por condomínios residenciais fechados verticais, os quais dispõem de toda sorte de facilidades e serviços. O grande paradoxo de Águas Claras, além do elemento relacional no que tange o Plano Piloto de Brasília, é o fato de que foi concebida para reproduzir a realidade das ditas cidades tradicionais brasileiras, com ruas corredor, comércios nos térreos em suas avenidas e valorização dos espaços públicos e dos pedestres.

Assim, este artigo se propõe, como fruto de pesquisas realizadas no Distrito Federal, discutir as principais características e forças modernizadoras que, no momento atual, favorecem a materialização dos chamados enclaves ou condomínios residenciais fechados e suas interfaces com os sistemas de espaços livres. Evidentemente, será discutido o caso de Águas Claras em contraposição à configuração urbana do Plano Piloto, inspirada nos ideais da Carta de Atenas, de modo a ilustrar as lógicas expostas e a conformação destes tecidos urbanos que vêm a corporificar distintos tempos da modernidade.

## **2. PAISAGEM E MODERNIDADE: UMA CONSTRUÇÃO CONCEITUAL**

Frente a transformações políticas, sociais e culturais, novas teorias de conhecimento surgidas entre os séculos XVI e XVIII estabeleceram visões distintas de interpretação da realidade visível e sensível em contraposição as tradições escolásticas e a filosofia aristotélica. Estas novas vertentes de pensamento fundadas nos ideais de progresso, na confiança na razão, na emancipação do sujeito, no saber científico em função do desenvolvimento humano e no domínio da técnica sobre a natureza, engendraram a busca pela verdade e a inauguração dos “tempos modernos” ou da “modernidade” – entendida como aquilo que rompe com o “tempo anterior”, “tempo velho” (Koselleck, 2012, p. 270) –, por intermédio do pensamento de filósofos como Francis Bacon, Galileu, Kepler, René Descartes, Espinosa, Leibniz, Augusto Comte, dentre outros.

Em uma imagem-mundo desconexa, relativa, múltipla e incerta, a razão passa a ser um instrumento de produção de uma realidade compreensível e critério para a certeza do conhecimento e ordenamento do mundo. Imagem também ilustrada por Baudelaire em seus escritos, mas que não se complementa sem um desejo de durabilidade presente na experiência do homem moderno: “a Modernidade é o transitório, o efêmero, o contingente, é a metade da arte, sendo a outra metade o eterno e o imutável”. (Baudelaire, 1996, p. 23).

Segundo Harvey (2011, p. 21), a história modernismo enquanto movimento estético permeia entre o eterno e imutável e o efêmero e o fugidio, o que vem a indicar particulares experiências do tempo, do espaço e da casualidade. Distintos autores narram sobre a sensibilidade

contemporânea à transitoriedade, ao fragmentário e ao contingente, que segmenta uma continuidade histórica, de modo a assumir a própria insegurança, a dissolução ao “caos totalizante” e a “destruição criativa” como únicas certezas. Condições necessárias, entre os iluministas, para a realização do projeto modernizador. Projeto este fundado na busca pela revelação das qualidades ‘eternas e imutáveis’, por intermédio da libertação da universalidade transcendente da religião, do mito, do uso arbitrário do poder e da natureza sombria humana.

*Há uma modalidade de experiência vital – experiência do espaço e do tempo, do eu e dos outros, das possibilidades e perigos de vida – que é partilhada por homens e mulheres em todo mundo atual. Denominarei esse corpo de experiência “modernidade”. Ser moderno é encontrar-se num ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, transformação de si e do mundo – e, ao mesmo tempo, que ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. Os ambientes e experiências modernos cruzam todas as fronteiras da geografia e da etnicidade, da classe e da nacionalidade, da religião e da ideologia; nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une toda a humanidade. Mas trata-se de uma unidade paradoxal, uma unidade da desunidade; ela nos arroja num redemoinho de perpétua desintegração e renovação, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é ser parte de um universo em que, como disse Marx, “tudo o que é sólido desmancha no ar. (Berman apud Harvey, 2011, p. 21)*

O autor complementa que após a influência da filosofia de Nietzsche, no começo do século XX, a razão perde o protagonismo para a estética na busca pelo ‘eterno e o imutável’, e os artistas, arquitetos, escritores, poetas e filósofos serão aqueles que irão extraí-los do banal na vida cotidiana, por meio de novas representações, códigos, significações e linguagens. Preocupação constante do projeto moderno na representação das verdades eternas, mas que agora incorpora o subjetivismo, onde a arte torna-se um produto da realidade do artista, como também um espelho da sociedade.

Este contexto foi crucial na formação de uma ideia de paisagem enquanto objeto de estudo da filosofia e estética, as quais contribuíram de forma significativa para sua interpretação e aceções contemporâneas. Aqui, com o espraiamento e avanço da modernidade, o sujeito torna-se o centro, as impressões e valores da paisagem variam de acordo com quem a observa, seguindo motivações subjetivas e culturalmente construídas.

Em 1913, o sociólogo George Simmel publica o ensaio “Filosofia da Paisagem”, no qual incorpora o termo às categorias do pensamento humano, revelando sua raiz existencialista. A paisagem é entendida como uma porção vivenciada e contemplada da natureza, ativada pela disposição anímica (*Stimmung*), um processo afetivo e psíquico, que penetra e envolve

todas as singularidades do que é contemplado, de modo que cada elemento seja percebido em conjunto. Trata-se de uma experiência estética que age em duas mãos. Ao mesmo tempo que é absorvida pela subjetividade do sujeito, afetando-o e influenciando sua ação e percepção, também é objeto moldável, submetido ao agir do indivíduo e passível de transformação.

A abordagem filosófica, juntamente com a fenomenológica e existencialista, aproxima o conceito de paisagem ao campo da cultura, pela sua capacidade de incorporar os distintos olhares, as concepções de mundo, os significados extraídos na interação com o lugar, que continuamente a definem e redefinem, ultrapassando a dicotomia sujeito-objeto. Por tal razão, ela é resultante das práticas, relações, ordenamentos, medidas e rastros impressos na realidade da terra e nas formas de habitá-la. Este sentido é evidenciado por Jean-Marc Besse (2013, p. 34), quando correlaciona a concepção de paisagem com o espaço, o espaço vivido, compreendendo-a como “a forma espaço-temporal segundo o qual o habitat humano se desenvolve no mundo.” E complementa:

*Trata-se de partir da ideia de que há uma co-pertença do homem e do mundo e de que a paisagem é o nome desta co-pertença. O homem está no mundo e o mundo está no homem: a paisagem é o nome e o local dessa articulação entre homem e mundo, dessa mistura.” (Besse, 2013, p. 34)*

Nas ciências sociais e humanas, as práticas, representações sociais, culturais, simbólicas e os significados expressos na realidade sensível, como também sua influência nas ações e comportamentos humanos em resposta aos lugares e ambientes circundantes, tornam-se conteúdos que alimentam o entendimento da paisagem. Para Cosgrove (2008: 179), a paisagem é um conceito complexo, cujo significado simbólico implicará nas formas visíveis do mundo, sua composição e estrutura espacial; na unidade, coerência, ordenamento e projeção do lugar; na intervenção humana e controle das forças que modelam e remodelam a superfície terrestre.

Dessa forma, as paisagens são, assim, entendidas como produtos socialmente construídos a partir de processos de interação simbólica e comunicacional que ocorrem no cotidiano dos atores sociais. Essa percepção permite desconstruir a ideia recorrente da paisagem enquanto composição artística, monumental e distanciada dos espaços de vivência do dia-a-dia. Ou seja, entender a paisagem enquanto *locus* das ações humanas significa tentar apreendê-la no universo consensual, esta dimensão que se manifesta no cotidiano, na vivência do espaço – o que a legitima como um fenômeno sociocultural.

### **3. O PROJETO MODERNO E BRASÍLIA: ARTICULAÇÕES ENTRE PAISAGEM E ESPAÇOS LIVRES.**

A cidade modernista tem como fundamento a premissa de transformação social por meio da arquitetura e do urbanismo, e assim propõe novas formas de planejamento urbano e de habitar, como solução a cidade do capitalismo industrial. Dentre os distintos manifestos concebidos nos *Congrès Internationaux d'Architecture Moderne* (CIAM), realizados entre 1928 e 1960, destaca-se 'A Carta de Atenas', redigida por Le Corbusier em 1933.

O documento objetiva a ampliação dos debates a respeito das questões fundamentais da arquitetura, a proposição de novas metodologias e diretrizes necessárias para a melhoria das cidades em constante crescimento, apoiadas em quatro funções: moradia, trabalho, lazer, circulação e posteriormente, o 'centro público', a qual abriga atividades administrativas e cívicas. Para Holston (1993), a vida urbana passa, então, a ser entendida a partir destas funções, mas é a organização de suas atividades que determina a ordem interna da cidade modernista, configurando, conseqüentemente, sua forma geral.

Interessa ressaltar que os CIAM ao adotar a retórica da cidade-máquina, na justificativa do desmembramento da cidade em funções, na formulação racional de um urbanismo totalizante, pretendem também reordenar tais funções, seus usos cotidianos, implicando em distintas mudanças sociais. Dessa forma, novas tipologias, técnicas construtivas, formas urbanas e convenções surgem, já que a arquitetura torna-se uma condutora de novos modos de vida, que se estenderá a todas as classes, de forma igualitária. Isto significa também um planejamento totalizador, que induz a unidade das percepções e assim, da experiência social: "mude-se a arquitetura e a sociedade será forçada a seguir o programa de mudança social que a arquitetura representa." (Holston, 1993, p. 63)

Outro ponto fundamental é a preocupação dos CIAM quanto ao controle que a iniciativa privada impõe sobre as políticas e planejamento urbano, tendo como consequência a determinação da estrutura física da cidade. Dessa forma, é sugerida a mobilização da propriedade privada, redefinindo-a, de modo que o solo esteja disponível na emergência de uma reforma urbana.

De base anticapitalista, esta cidade ideal busca a rejeição das especificações quantitativas e qualitativas do urbanismo da cidade figurativa, ou convencional, histórica e tradicional (Comas, 1980/1981) e sua configuração espacial fragmentada constituída de distintos parcelamentos como quadras, quarteirões e lotes, agenciados por ruas e praças. E assim, como apontado por Comas (1986, p. 127), "proclama e celebra incisivamente sua substituição

por uma paisagem de autopistas, caminhos, parques e edificações isoladas em superquadras, partindo da percepção de conflitos e lacunas na cidade burguesa desenvolvida de então. “

Ainda que não seja uma materialização *ipsis litteris* da Carta de Atenas, a concepção urbanística de Brasília inspira-se nas diretrizes acima mencionadas, assim como nos modelos urbanos da Cidade-Jardim de Howard, Villa Radieuse de Corbusier e a Cidade Linear de Soria y Mata. Sua proposição tem suscitado amplos debates que abarcam desde o propósito de mudança da capital, sua materialização por intermédio do Plano Piloto idealizado por Lucio Costa, até seu tombamento em 1987, em um contexto de expansão da mancha urbana, na conformação de uma região metropolitana polinucleada, dispersa e heterogênea.

O projeto vencedor do concurso para a nova capital, realizado em 1957, apresentou, por meio de esboços e de um relatório síntese, a concretização do plano desenvolvimentista de expansão econômica e integração nacional proposto por Juscelino Kubitschek, e também as ideias e diretrizes quanto à forma e o caráter da cidade com base nos fundamentos arquitetônicos e urbanísticos expressos pelos manifestos dos CIAM, conforme dito por James Holston (1993), o qual complementa:

*Brasília é uma cidade dos CIAM. (...) . De 1928 até meados da década de 1960, os CIAM constituíram o mais importante fórum internacional de debates sobre a arquitetura moderna. Os encontros e as publicações dos CIAM firmaram um consenso entre os profissionais de todo o mundo a respeito dos problemas essenciais da arquitetura, dando especial atenção aos da cidade moderna. O Brasil estava representado nesses congressos desde 1930, e Lucio Costa e Oscar Niemeyer puseram em prática os princípios dos CIAM com notória clareza. (Holston, 1993, p. 37).*

Em seu discurso, a cidade nasce com um desejo de integração nacional, na construção de uma nova ordem política e social em concordância com um “Novo Brasil”, que se alicerça nos princípios de progresso, mudança e transformação, advindos do projeto moderno. Ou seja, o urbanismo torna-se instrumento de mudança social, de reformulação da vida cotidiana, ao criar uma ordem fundada nos valores impressos no projeto, que inspiraram sua criação.

O Relatório do Plano Piloto, em vinte e três artigos, apresenta, segundo Sir William Holford (2012, p. 29), “a melhor ‘ideia’ para uma cidade-capital unificada, e uma das contribuições mais interessantes e mais importantes feitas em nosso século à teoria do urbanismo moderno”. A cidade organiza-se espacialmente a partir de três elementos, sendo que o primeiro, o cruzamento dos eixos viário, é o traçado gerador do plano, o qual inscreve-se em um triângulo equilátero, definindo a área urbanizada. Em um dos eixos dispõe-se as edificações públicas, de caráter simbólico, e no outro, de traçado arqueado, as unidades

residenciais. O Eixo Monumental é composto por dois terraços, sendo que o primeiro, de forma triangular, denominado Praça dos Três Poderes, encontra-se em uma cota inferior ao segundo terraço, que conforma a Esplanada dos Ministérios. E por fim, a plataforma, onde os eixos Monumental e Residencial se interceptam, é o centro de lazer e transporte da proposta urbana.

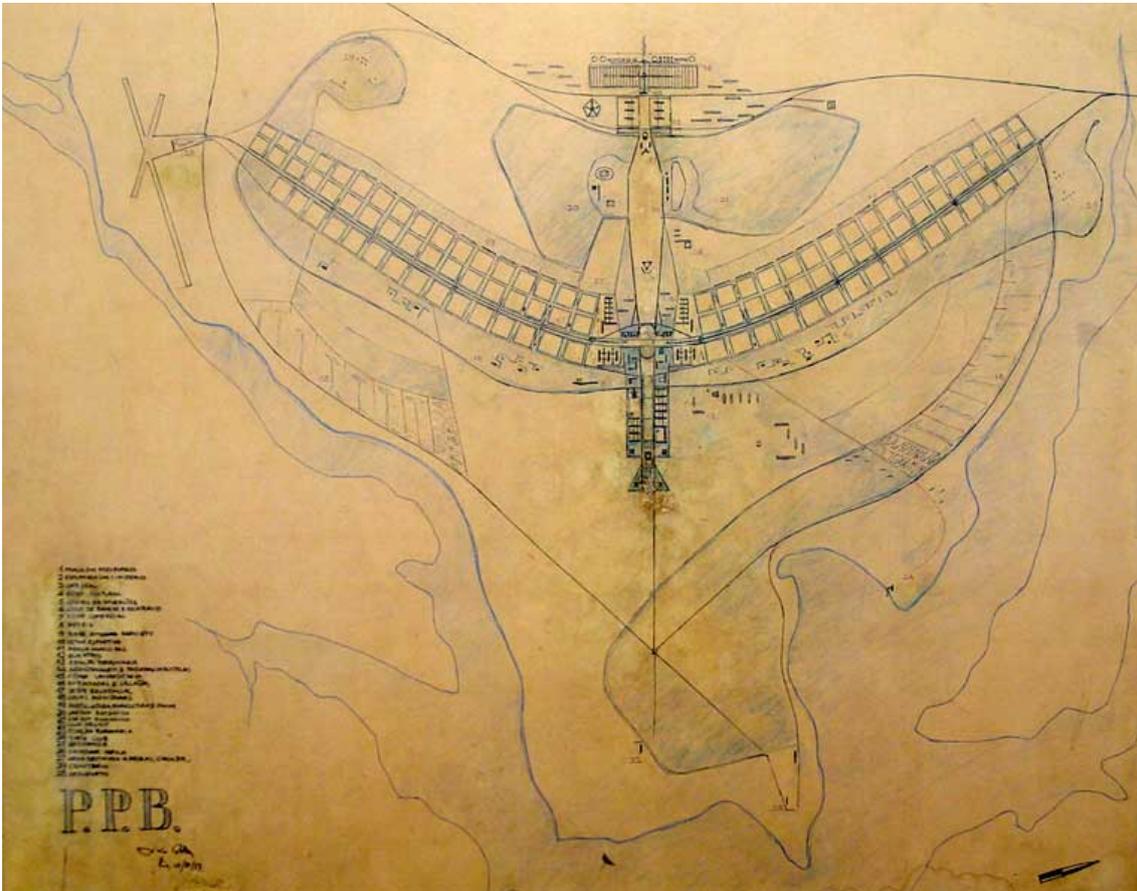


Figura 1 – Projeto do Plano Piloto apresentado no concurso. Fonte: Relatório do Plano Piloto de Brasília, 1957.

Este ordenamento, que expressa claramente a correlação entre forma e função, também indica a configuração de setores que abrigam distintas funções sociais e os modos de edificá-las, com características arquitetônicas e espaciais próprias. Cada setor, associado a uma função, terá em seus edifícios padrões formais distintos que assinalam sua inserção em quatro de escalas: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica.

Ao analisar a estrutura interna da cidade, Holston aponta um dos pontos controversos do urbanismo modernista: a eliminação da “rua corredor”. Frente as preocupações da era da máquina – questões sanitárias, inovações tecnológicas, industrialização, a supressão das distâncias geográficas –, a rua enquanto elemento da cidade tradicional é a representação da

polarização entre espaço público e espaço privado a ser transfigurada. Ao aplicar os princípios da técnica rodoviária, Lucio Costa propõe o fim dos cruzamentos, a separação do tráfego entre pedestres e automóveis e a ampliação da malha viária com vias expressas que privilegiam o fluxo rápido.

Isto acarretará também na inversão da convenção fundo-figura originária do urbanismo barroco. Em um tecido urbano composto de espaços livres e contínuos, os volumes geométricos e prismáticos tornam-se figuras esculturais que se articulam com a paisagem circundante. Suas vias já não se subordinam a entidades volumétricas ou espaciais que a definem como um vazio figural, de forma reconhecível, isolando-se, assim, no espaço (Holston, 1993).



Figura 2 – Plano figura-fundo de Parma, 1830. Fonte: Holston, 1993, p. 131.

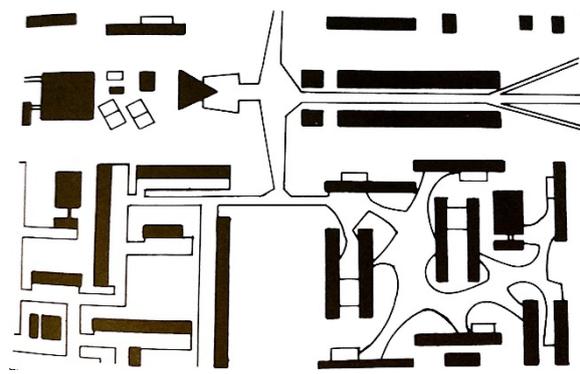


Figura 3 – Plano figura-fundo de uma seção leste-oeste da Asa Sul.

Fonte: Holston, 1993, p. 131.

Quanto a paisagem, busca-se um sentido de harmonia com o contexto, que se dá no arranjo compositivo das edificações em contraposição a natureza caótica, transitória e irregular. Segundo Polizzo (2014), a arquitetura adquire uma nova forma de relacionar-se com a paisagem: ao absorver as especificidades e temporalidades do lugar, sua topografia e geografia, a obra arquitetônica, em contrapartida, emerge como uma referência que lhe impõe um sentido de ordenação e clareza, em um plano de articulação.

A ideia de totalidade torna-se evidente no ideário modernista, pois sem a rua enquanto *locus* das atividades diárias, tendo o espaço privado como limite, os espaços livres propagam-se, assumindo um caráter abstrato e a cidade apresenta um novo domínio do público. Isto é, os espaços livres compõem não apenas a malha urbana, correspondendo à maior parte de sua área, como também contornam e penetram nas edificações, atuando como mediador entre o

interior e o exterior, o que permitirá uma fluidez e continuidade espacial, na busca pela coesão do conjunto.

Quando propõe as superquadras como modelos de organização espacial, Lucio Costa objetiva a reestruturação entre o público e o privado, de modo a priorizar as “funções da vida coletiva” e evitar “qualquer estratificação social indevida e indesejável” (Costa, 1957, art. 17), na conformação de uma sociedade igualitária, tão cara ao modernismo. Nestas superquadras, as edificações elevam-se acima de *pilotis* e estão dispostas de forma unitária e isolada sobre espaços livres e delimitadas por um cinturão verde, o que vem a reforçar o caráter de “cidade-parque” e a noção de térreo livre, proporcionando a quase completa permeabilidade pedonal.

*“(…) os pilotis, ao mergulhar nos declives, dariam suporte à casa pura, criariam gratuitamente espaços utilizáveis, permitiriam que se plantassem árvores e se formasse gramados, substituindo uma paisagem de pedra, melancólica e medievalesca, por espaços verdejantes e contínuos, no meio dos quais surgiriam apenas os prismas das residências.” (Le Corbusier, 2004, p. 61)*

Para Sophia Telles, os *pilotis*, enquanto espaços de transição, garantiriam a integridade da paisagem e os volumes arquitetônicos, sendo que estes já não estariam suscetíveis as imposições da topografia. É interessante ressaltar que a liberação do solo resulta na geração de um desenho para o território, um projeto unitário que congrega a arquitetura, o urbanismo e o paisagismo: “O jardim da frente se une ao jardim dos fundos, tornando-se um só, há ganho de espaço, interação com o verde e sensação de bem-estar. Ao incorporar a paisagem, a arquitetura assimila-a na sua estrutura, gerando uma nova entidade espacial.” (Telles, 1998, p. 93)

Assim posto, na conformação de uma paisagem de caráter universalizante e totalizador, enquanto anteparo para as ações e ordens humanas, a necessidade de novas determinações do território, de apreensão de suas escalas e valores, emerge no esforço de estabelecimento de uma relação harmônica entre os indivíduos e os ambientes que permeiam. Assim, a construção de imagens-mundo conectadas as práticas cotidianas e a própria experiência humana é fato determinante no projeto moderno, na busca pelo ‘eterno e imutável’ frente ao acaso e as incertezas, e por orientação em um mundo que deve ser racionalmente estruturado.

## 4. ÁGUAS CLARAS: UM BREVE HISTÓRICO

No esteio da expansão urbana do Distrito Federal surge, por meio de demanda governamental, o projeto Águas Claras. Prevista desde a década de 70<sup>8</sup> como uma área de consolidação urbana no âmbito do DF, a poligonal na qual o projeto seria instalado fora anteriormente zona de extração de cascalho, abrigara ocupações irregulares e, inicialmente, jazia destinada a ser ocupada por instituições educacionais de nível superior, laboratórios e centros de pesquisa, o que a tornaria parte da matriz econômica pelo setor quaternário e terciário.

Apesar disso, logo o uso residencial foi definido para instalação na poligonal. Isso ocorreu por razões como a necessidade de criação de nova área habitacional para a classe média – estimulada pelo próprio mercado imobiliário – e também para que se tornasse viável a instalação da linha de metrô conectando as Regiões Administrativas do setor sudoeste do DF ao Plano Piloto de Brasília. Antes um hiato em meio a áreas urbanas, a região na qual foi instalada Águas Claras tornaria – se mantida vazia – muito oneroso o projeto do metrô na pós-instalação.



Figura 4 – Apresenta as linhas do metrô do DF e a localização de Águas Claras em meio à malha urbana. Fonte: Karoline Cunha, 2015.

Em 1991 o governo do Distrito Federal contrata o escritório Zimbres e Reis Arquitetos Associados para a elaboração de um plano de ocupação e um projeto urbanístico para Águas

<sup>8</sup> Plano Estrutural de Organização Territorial de 1977: documento produzido pela CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal –, que apontava a necessidade de despolarização das atividades concentradas no Plano Piloto de Brasília, buscando evitar a “congestão do centro”. Neste documento está proposta de desenvolvimento do Distrito Federal por meio de sua região sudoeste, já então a com maior ocupação e desenvolvimento econômico.

Claras. A proposta, encabeçada pelo arquiteto Paulo Zimbres, apontava para um modelo diferente de urbanismo em relação àquele que estruturava o Plano Piloto. Em contraposição à profusão de espaços públicos do projeto de Costa, que Zimbres considerava um equívoco à medida em que tornavam a malha urbana da capital excessivamente difusa e esgaçada, Águas Claras assumiria um retorno a um modelo de cidade tradicional. Isso fica mais claro quando se observa a argumentação de Zimbres na exposição da concepção do projeto. De acordo com o arquiteto, Águas Claras seria um projeto destinado a resgatar a “urbanidade”, sempre por ele associada a pessoas percorrendo as ruas, a presença de praças, bulevares e calçadas abarrotadas. Além disso, propõe a multifuncionalidade e a instalação de comércio nos pavimentos térreos dos edifícios. Aspecto também importante é a presença de elevada densidade urbana, tendo sido proposto um gabarito máximo de 12 pavimentos para os edifícios.

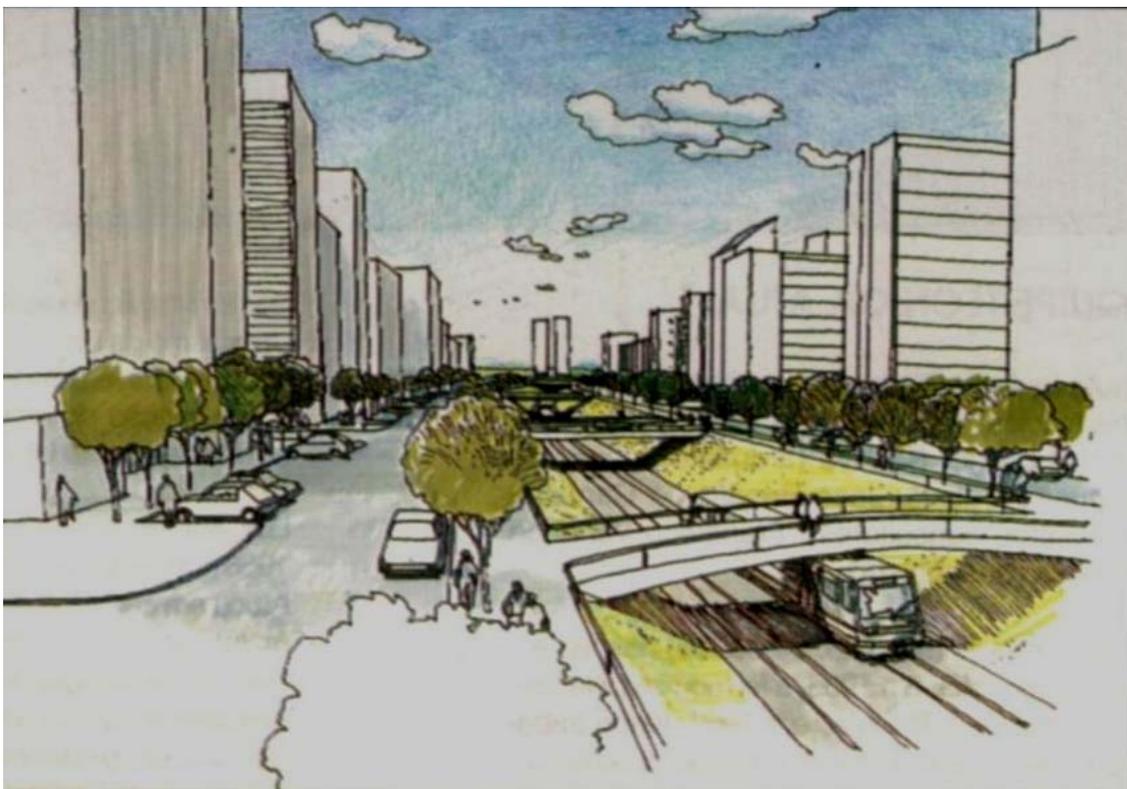


Figura 5 – Croqui referente ao "Projeto Águas Claras". Fonte: Paulo Zimbres, 1991.

Ainda que com o projeto elaborado, o que se construiu foi consideravelmente distinto do que se imaginara inicialmente. Tendo sido erigida originalmente como um sub-bairro de Taguatinga<sup>9</sup> – outra Região Administrativa do Distrito Federal –, Águas Claras teve por ela

<sup>9</sup> Taguatinga é uma das Regiões Administrativas (RA III) do Distrito Federal. Foi fundada em 1958. Dista cerca de 21km do Plano Piloto de Brasília e possui cerca de 220 mil habitantes.

definida sua legislação urbanística – o PDL (Plano Diretor Local). Isso trouxe consequências para o projeto original. A isso deve ser somada a busca por valorização da terra e aumento dos lucros por parte das imobiliárias, que gerou uma forte pressão capaz de elevar os gabaritos anteriormente previstos em até 12 pavimentos para atuais 30 pavimentos. Era também do interesse do governo a valorização do local e sua rápida ocupação e, simultaneamente, a indústria imobiliária, aquecida tal qual se encontrava, também visava ampliar lucros, potencializados em função do processo de valorização<sup>10</sup>.



Figura 6 – Imagens obtidas ao longo de percurso feito por Águas Claras. Em destaque a grade ladeando o passeio e a câmera com holofote voltados para a rua. Fonte: Lucas Brasil Pereira, 2015.

Hodiernamente Águas Claras é uma RA composta em sua quase totalidade por condomínios verticais fechados, com edifícios cercados por muros e cercas, ampla presença de câmeras de vigilância e muitas vezes ostensiva inobservância de qualquer contato ou interface entre o público e o privado – ainda que nenhum desses elementos constassem no ideário do projeto original. O impacto se dá na vida pública, nos espaços livres das ruas, passeios, praças, que acabam, na contrapartida legitimadora dos aparatos de segurança e da materialização do medo, sendo foco de ações e atitudes de controle, de pouca tolerância e objeto de

<sup>10</sup> Fonte bibliográfica inválida especificada.

desconfiança. Em muitos casos, ser um transeunte acaba por ser sinônimo de despertar suspeitas.



Figura 7 – Empena cega de aproximadamente 12 metros voltada para a área pública, em Águas Claras. Fonte: Lucas Brasil Pereira, 2014.

## 5. ESPAÇOS LIVRES, ENCLAVES E A PAISAGEM URBANA NA MODERNIDADE AGRAVADA

A obliteração das grandes narrativas e dos discursos e posturas no sentido de construir uma nova situação específica de mundo perderam força e se polinuclearam, de maneira que hoje a multiplicidade discursiva e expressiva alcança quantidades inumeráveis. Não há mais uma verdade ou a tentativa de construção de uma nova verdade, mas múltiplas e variáveis verdades. Essa fragmentação narrativa advém, em boa parte, também da flexibilização das relações trabalhistas, do afrouxamento do Estado-Nação na composição identitária, do avanço do individualismo e do sistema que é o maior responsável inclusive por esses previamente citados: o capitalismo.

Hoje se vive no mundo ocidental aquilo que o sociólogo Zygmunt Bauman (2001) chamou de “modernidade líquida”, enfatizando o caráter da ampliação do risco, da efemeridade, da incerteza e da insegurança. O *zeitgeist* que define traz, por essas características, impactos profundos para a materialidade da cidade e para toda forma de nela se estar e viver. São

lógicas que influenciam diretamente os modos de vida. Dentre elas, talvez a mais marcante seja aquela vinculada ao medo.

O medo, existencial, patrimonial e pessoal, se ampliou e com isso tornou-se gradualmente mais um produto explorado pelo capitalismo: está na mídia, incrementa audiência, alimenta a indústria de segurança privada, de trancas, de vigilância, de blindagem. O medo passou a ser uma política cotidiana e, com isso, ampliou-se a mixofobia<sup>11</sup> no âmbito urbano. Paradoxalmente, esse mesmo medo também lançou muitos indivíduos na busca pela comunidade – tanto fonte de segurança pela pretensa homogeneidade capaz de proporcionar, como também de sentido existencial e de pertencimento. Ao fim e ao cabo, muitas vezes o medo é simplesmente um discurso legitimador para a distinção e da intolerância para com o diferente – seja culturalmente, seja em termos de renda.

A materialização dessas lógicas da modernidade agravada – ou líquida – se dá a olhos nus: praças públicas de caráter comunitário cercadas de câmeras e tangenciadas por muros e grades por todos os lados, utilizadas muitas das vezes somente por moradores das proximidades, que acabam por trata-las como extensões de suas propriedades, incomodando-se com usuários desconhecidos, com a presença de foodtrucks, com o uso por jovens praticando algum esporte, etc. Em Águas Claras essa lógica se mostra patente, contribuindo para a conformação de sua paisagem nos usos que implica e nas materialidades que erigiu.

Sob a lógica desse processo, perdem os espaços livres que poderiam – exatamente porque livres – adquirir o caráter de espaços *públicos*. Torna-se importante diferenciar essas duas categorias. Os espaços livres estão no rol das localidades cuja penetração não é vedada, cujo acesso se dá livremente. Mais que isso, são áreas não edificadas, vazios – projetuais ou não – cuja função se estabelece na ocupação e no uso, independente das paredes, letreiro ou teto que o abriguem. O espaço público é o passo seguinte. Caracteriza-se aqui como tal apenas aquele que pode abrigar e no qual se pode exercer a civilidade. Sem civilidade, característica central para a vida urbana moderna, o espaço pode ser livre, mas nem por isso ser público.

Essa distinção é importante à medida que permite compreender que cercar um espaço livre não é a única forma de eliminá-lo do uso coletivo, público, espontâneo e realmente livre. Isso quer dizer que um espaço livre é, antes de mais nada, um espaço vazio. Trata-se, fundamentalmente, de um entendimento morfológico, de uma forma, uma configuração. Exatamente por isso, é um espaço *potencial*. A sua potência jaz na imprevisibilidade do que ali se pode fazer, muitas vezes possibilidades as mais diversas. Aí é também onde se pode

---

<sup>11</sup> A mixofobia é o medo de se estar junto a estranhos, de encontra-los e ter que com eles interagir ou conviver. É o receio de lidar com a diferença e o desconhecido. É o “medo de se misturar”.

encontrar sua maior riqueza, pois é exatamente essa liberdade que caracteriza os espaços livres que permitem que o *fenômeno* espaço público se realize por meio da civilidade.

Quando uma praça passa a ser tratada como uma expansão de uma propriedade, rapidamente as regras a ela aplicadas adquirem o mesmo caráter daquelas usadas no trato de qualquer outro bem. O uso é cerceado, a presença é observada e vigiada, os sons são incômodos quando provocados por estranhos, os esportes praticados podem se tornar ameaças e, rapidamente, rostos desconhecidos transitam do status de *pessoa desconhecida* para o de *pessoa suspeita*. Muito dessa reação se deve às próprias lógicas da modernidade previamente citadas e que passam a incorporar um processo retroalimentado no qual os muros por si só, mesmo que não fechem o acesso à praça – exemplo sobre o qual aqui se faz essas observações –, tornem-na uma área hostil para o *outro*. O mesmo vale para as ruas, para os passeios e parques. Essa lógica tão cara ao modelo que se vê em Águas Claras reforça o medo, a suspeita e a insegurança tanto quanto tenta combatê-los.

O impacto disso na paisagem urbana é severo, visto que lentamente aprofunda o abandono dessas áreas pelo uso coletivo e generalizado, reservando-as àqueles que não são seus donos, mas as tratam como suas posses. O geógrafo Denis Cosgrove ao destrinchar este fenômeno, aponta que no ato de apropriação dos espaços edificados, na vivência cotidiana, culturas dominantes, emergentes, alternativas e marginalizadas acabam por determinar em maior ou menor grau os conteúdos da paisagem: o que será ou não incluído ou excluído. Em outras palavras, as relações de poder social, político e econômico passam a adquirir uma significância ideológica.

*O processo de construção da paisagem é um processo histórico de representação das relações sociais, através do qual práticas e ideologias tornam-se realidades materiais pela transformação de seu significado em ordem efetiva dos objetos sobre o território. Promover essa transformação significa tornar o geral visível como situação concreta local, conferindo caráter distintivo, complexo e, frequentemente, contraditório ao conjunto de conceitos que constitui o mundo. Significa, em síntese, criar lugares. A paisagem assim entendida revela uma dimensão de projeto, implícita no ato de reunir objetos em pontos potencialmente capazes de desencadear transformações culturais. (LEITE, 1998, p. 81)*

No caso de Águas Claras, entre o visto e o não visto, a paisagem torna-se um aparato das representações sociais, do *zeitgeist* e dos processos advindos da produção e apropriação dos espaços praticados, que passam a expressar imaginários, desejos, memórias, afetos, relações, mas também o medo, o estranhamento e a exclusão. Isto é, o entrelaçamento entre

as estruturas e formas da cultura material, com os valores, códigos e narrativas expressos por determinados grupos sociais indicam tanto sua produção, como os modos de percepção, decodificação e interação.

Portanto, a paisagem não é somente o horizonte distante ou a representação visual inalcançável e eminentemente poderosa, mas a composição dos quadros da vida cotidiana pelos quais passamos, vemos, agimos e comunicamos em nossas interações de cada dia. Logo, todos somos componentes da paisagem ao ocupar o espaço e com ele interagir, reconstruindo-a de acordo com nossas ações significantes.

## 6. BIBLIOGRAFIA

- Baudelaire, Charles. *Sobre a Modernidade*. São Paulo: Paz e Terra S.A., 1996.
- Bauman, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- . *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- Besse, Jean-Marc. *Paisagem Patrimônio*. Edição: Isabel L. Cardoso. Porto: Dafne, 2013.
- Caldeira, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34; Edusp, 2000.
- Comas, Carlos Eduardo. *Cidade Funcional X Cidade Figurativa*, In Revista AU. dez/jan. 80/81.
- Comas, Carlos Eduardo. *O espaço da arbitrariedade*. In: Revista Projeto, nº 91. Projeto, pp 127-130. São Paulo, ed. Arcoweb, set. 1986.
- Cosgrove, D. *Geography is everywhere: Culture and Symbolism in Human Landscapes*. In: Oakes, T. S.; Price, P. L. (org.). *The cultural geography reader*. London and New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2008.
- Costa, Lúcio. *Relatório do Plano Piloto de Brasília*. Distrito Federal, NOVACAP, 1957.
- Harvey, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- Heynen, Hilde. *Architecture and modernity: a critique*. Massachusetts: MIT Press, 1999.
- Holdford, William. *Brasília: Antologia Crítica*. Edição: Alberto Xavier e Julio Kantinsky. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- Holston, James. *Cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. 2ª. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- Koselleck, R. *Futuro Passado: Para uma semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2006.
- Kormikiari, M.C.N. *Arqueologia da Paisagem*. São Paulo: Labeca - MAE/USP, 2014.  
Disponível em:

[http://labeca.mae.usp.br/media/filer\\_public/2014/07/16/kormikiari\\_arqueologia\\_paisagem.pdf](http://labeca.mae.usp.br/media/filer_public/2014/07/16/kormikiari_arqueologia_paisagem.pdf). Acessado em: junho de 2016.

- Le Corbusier. *Precisões: sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo*. Cosac & Naify, 2004.
- Leite, Maria Angela. *As tramas da segregação: privatização do espaço público*. 1998. 91 f. Tese – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- Panerai, Philippe. *Análise Urbana*. Tradução: Francisco Leitão. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.
- Paviani, Aldo, Frederico Flósculo Pinheiro Barreto, Ignez Costa Barbosa Ferreira, Lúcia Cony Faria Cidade, e Sérgio Ulisses Jatobá, . *Brasília 50 anos: da capital a metrópole*. Brasília: Universidade de Brasília, 2010.
- Polizzo, Ana Paula. “Arquitetura, Cidade, Paisagem e Projeto: reflexões acerca de uma espacialidade moderna da paisagem.” III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva, 2014.
- Ribeiro, Elane, Luciana Saboia, e Ana Elisabete Medeiros. “Brasilia's Aporia: the phenomenon of gated communities.” 17th Conference International Seminar on Urban Form. Hamburgo: 17th Conference International Seminar on Urban Form, x de x de 2010.
- Simmel, Georg. *Filosofia da Paisagem*. Tradução: Artur Morão. Covilhã: LusoSofia Press, 2009.
- Telles, Sophia. *Arquitetura Moderna no Brasil: o desenho da superfície*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas USP, 1998.